

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL – PB



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE FISCAL DE TRIBUTOS

NOME DO CANDIDATO:	NÚMERO DE INSCRIÇÃO:

VOCÊ RECEBEU DO FISCAL DE SALA ESTE CADERNO DE QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA:

- 1. Verifique se o mesmo corresponde à sua opção de cargo, caso contrário, comunique tal fato imediatamente ao Fiscal de Sala, pois não serão aceitas reclamações posteriores.
- 2. Para cada questão existe apenas **UMA** única alternativa adequada.
- 3. O candidato deverá permanecer obrigatoriamente em sala, por questões de segurança, durante o período mínimo de **30 (TRINTA)** minutos após o início da prova.
- 4. O tempo disponível para a realização da prova corresponde a 03 (três) horas, intervalo este que compreende não só a resolução das questões objetivas, mas também o preenchimento da **Cartão de Resposta**.
- 5. Reserve pelo menos os 20 minutos finais para marcar seu **Cartão de Resposta.**
- 6. Os rascunhos e as marcações assinaladas no presente Caderno de Questões não serão considerados na avaliação.
- 7. Após 2 (duas) horas do início das provas, o candidato poderá levar o caderno de questões.
- 8. A saída do prédio deverá ser em silêncio, pois não será permitida a permanência de nenhum candidato após o término da prova, nem qualquer aglomeração nos corredores ou arredores do prédio da realização das provas.

O candidato estará sujeito à ELIMINAÇÃO do concurso nas seguintes situações:

- 1. Ausentar-se da sala em que se realiza a prova levando consigo a qualquer horário o Cartão de Resposta ou o Caderno de Questões caso saia antes de 2h de prova.
- 2. Utilizar-se, durante a realização da prova, de máquinas e/ou relógios de calcular, Smartwatch bem como rádios gravadores, "headphones", telefones celulares ou fonte de consulta de qualquer espécie, descritos ou não no edital.
- 3. Comunicar-se com qualquer outro candidato.
- 4. Deixar de assinar o Cartão de Resposta.
- 5. Faltar com o devido respeito ante a autoridade do Fiscal de Sala ou qualquer outro membro da aplicação do concurso.

Divulgação das provas e do gabarito preliminar:

"Prezado(a) candidato(a), todas as informações essenciais do concurso estarão disponíveis de forma prática e acessível através do QR Code abaixo, que o levará a página relativa ao Concurso em nosso site. Fique atento(a) e utilize o código para obter detalhes sobre o Gabarito, Editais de Convocação para Provas Práticas ou Provas de Títulos (quando for o necessário para o cargo), Homologação, datas para entrega de documentação e demais instruções para o seu sucesso nessa jornada rumo à aprovação. Boa sorte!"

www.facetconcursos.com.br



Ao terminar a prova **em tempo inferior a 02 (duas) horas**, chame o fiscal de sala, verifique se assinou corretamente e preencheu o Cartão de Resposta. **DEVOLVA** todo o material junto com esse Caderno de Questões, sendo permitido apenas destacar nesta 1ª folha do Caderno de Questões esta fita de respostas, onde nela o candidato deverá anotar o rascunho do seu gabarito.

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40



Prefeitura Municipal de Princesa Isabel



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE

FISCAL DE TRIBUTOS

PORTUGUÊS

Leia o texto adiante e, em seguida, responda:

As palavras e o tempo

(Cristovão Tezza)

Ao chegar criança em Curitiba, em 1961, meu primeiro choque foi linguístico: um vendedor de rua oferecia "dolé". Para quem não sabe, era picolé. O nome "dolé" me soava tão estranho que só a custo parecia se encaixar naquele objeto que eu sempre conhecera como "picolé". Os anos se passaram e os dolés sumiram. A última vez que os vi foi nas ruínas de uma parede no litoral, onde se podia ler em letras igualmente arruinadas pelo tempo: "Fábrica de dolés". Com o tempo, as estranhezas linguísticas vão ganhando outro contorno, mas sempre com a marca que o tempo vai deixando nas formas da língua. Lembro que, pouco a pouco, comecei a ouvir pessoas dizendo "emprestei do Fulano", quando para meus ouvidos o normal seria "peguei emprestado do Fulano"; ou então emprestamos a ele. "Emprestar" só poderia "para alguém"; o contrário seria emprestado". Mas em poucos anos o estranho passou a ser "pedir emprestado", e a nova forma foi para o Houaiss. Um linguista diria que se trata de uma passagem sutil de formas analíticas para formas sintéticas. Quando o telefone começou a se popularizar, também se popularizou a forma "telefonar na tua casa"; assim, "eu telefono na casa do João" não significa ir até a casa do João para usar o telefone dele, que no início parecia a única interpretação possível, mas sim telefonar para a casa dele. E, com a multiplicação do dinheiro de plástico, pagar a conta com o cartão de crédito se transformou subrepticiamente em pagar a conta no cartão de crédito, o que sempre me pareceu esdrúxulo. Bem, sem dinheiro para pagar à vista, a gramática não importa mesmo, e vamos pagando no cartão.

A língua não para, mas seus movimentos nunca são claramente visíveis, assim como jamais conseguimos ver a grama crescer — súbito parece que ela já foi trocada por outra. O advento da informática e dos computadores é um manancial sem fim de palavras e expressões novas, ou expressões velhas transmudadas em outras. Um dos fenômenos mais interessantes, e de rápida consolidação, foi também a criação de verbos para substituir expressões analíticas. "Priorizar" ou "disponibilizar", que parecem tão comuns, com um jeito de que vieram lá do tempo de Camões, na verdade não terão mais de vinte anos — e também já estão no Houaiss. Na antiquíssima década de 1980, dizíamos

"dar prioridade a" e "tornar possível". Bem, as novas formas ainda têm uma aura tecnocrática. Em vez de "disponibilizar os sentimentos", preferimos ainda "abrir o coração". Mas outras novidades acertam na veia: "deletar" entrou definitivamente no dia a dia das pessoas. Já ouvi gente confessar "deletei ela da minha vida"

Piorou a língua? De modo algum. A língua continua inculta e bela como sempre, como queria o poeta. Ela sempre adiante – nós é que envelhecemos, e, às vezes, pela fala, parecemos pergaminhos de um tempo que passou.

20/09/2011

TEZZA, Cristovão, *Um operário em férias*, organização e apresentação Christian Schwartz; ilustrações Benett. – Rio de Janeiro: Record, 2013.

- As declarações adiante se reportam aos aspectos semânticos estabelecidos entre o título do texto e o texto, propriamente, no entanto uma delas está INCORRETA. Assinale-a:
- As palavras do título remetem a significações contidas no texto.
- **b** O caráter flexível e dinâmico de uma língua é referenciado, tanto no título quanto no conteúdo do texto.
- © O título, semanticamente, não tem condiz com o conteúdo da argumentação do texto.
- d Há indicações semânticas expressas no texto que são remetidas pelo título.
- © O termo "tempo", presente no título, tem convergência de sentido com as mudanças operadas em uma língua, com o passar dos anos.
- **2.** Considerando o texto em sua totalidade, podemos afirmar que ele, **predominantemente**, é:
- panfletário
- **b** jornalístico
- © narrativo
- d dissertativo
- (e) descritivo

3. Dadas as assertivas:

- I. Uma língua é dinâmica e, com o passar do tempo, pode apresentar evoluções e mudanças.
- II. Os falantes de uma língua, que já se acostumaram com sua natureza mutável, nunca se surpreendem com as transformações que nela ocorrem.

III. As mudanças operadas em uma língua, resultantes de sua dinamicidade, a tornam menor, irreversivelmente, como código de linguagem.

Está(Estão) correta(s) a(s) seguinte(s) assertiva(s):

- I e II
- **b** I e III
- © I, apenas
- d III, apenas
- e todas
- 4. As afirmações adiante se referem ao conteúdo do texto, mas pode ser que uma ou outra (ou algumas) não esteja(m) em consonância com ele. Coloque V para Verdadeiro e F para Falso e, em seguida, indique a sequência CORRETA:
 - () O tempo vai deixando as suas marcas nas formas da língua.
 - () A linguística registra algumas línguas que preservaram sua originalidade, e mantiveramse imunes ao tempo.
 - () Quando afirmamos que uma nova forma "foi para o Houaiss", queremos dizer que essa nova forma foi dicionarizada.
 - () As pessoas nem sempre conseguem perceber os movimentos de mudança que acontecem em uma língua.
- VFVV
- **(b) VVVV**
- © FFVV
- Ø VFFV
- VVFV
- Marque a opção CORRETA, de acordo com o texto:
- As novas formas resultantes de mudanças em uma língua não geram estranhezas linguísticas.
- (b) Com o passar dos anos, no universo da informática, as expressões permanecem sempre as mesmas.
- © O verbo "deletar", por soar estranho, acabou não sendo incorporado ao dia a dia de fala das pessoas.
- d O passar dos anos faz uma língua permanecer estática, original e fiel às suas origens.
- A língua se renova e transmuda-se, enquanto nós, falantes dela, envelhecemos.
- 6. Releia e responda: "Mas em poucos anos o estranho passou a ser "pedir emprestado", e <u>a nova forma foi para o Houaiss</u>." Quando uma forma da língua "<u>vai para o Houaiss</u>" significa que essa forma se tornou dicionarizada, passou a integrar o repertório vocabular de um determinado idioma. Um dicionário tem a peculiaridade de apresentar diversas palavras cujos significados são explicados por outras palavras; ou seja, o código linguístico é usado para explicar o mesmo código linguístico. Quando isso ocorre, que função da linguagem é predominante?

- metalinguística
- **b** poética
- © referencial
- **d** fática
- conativa
- 7. Esse texto é uma crônica escrita por alguém, o cronista, que a utiliza para produzir e transmitir o conteúdo de uma mensagem. Estamos diante de um exemplo de processo de comunicação, que é composto por alguns elementos. No caso específico dessa crônica, aponte o elemento da comunicação que figura como receptor da mensagem:
- a referente
- **b** língua portuguesa
- © livro
- **d** jornal
- P leitor
- 8. Releia e responda: "E, com a multiplicação do dinheiro de plástico, pagar a conta com o cartão de crédito se transformou <u>sub-repticiamente</u> em pagar a conta no cartão de crédito" Dê a **classe gramatical** do termo sublinhado:
- pronome
- **b** advérbio
- © verbo
- **d** substantivo
- e adjetivo
- 9. Releia e responda: "... quando para meus ouvidos o normal seria "peguei emprestado do Fulano"; ou então emprestamos a ele." De acordo com as normas gramaticais relativas ao processo de formação de palavras, identifique o tipo de processo que se aplica ao termo destacado:
- derivação parassintética
- **b** derivação regressiva
- © derivação imprópria
- d composição por justaposição
- e composição por aglutinação
 - A passagem abaixo servirá de base para as **próximas questões 10 e 11**:
 - "<u>A língua</u> não para, mas seus movimentos nunca são claramente <u>visíveis</u>, assim como jamais conseguimos ver a grama crescer – súbito parece que ela já foi trocada por outra."
- **10.** Dê a classe gramatical de **visíveis**:
- substantivo
- **b** pronome
- © advérbio
- **d** adjetivo
- e interjeição

- 11. Dê a função sintática de "A língua":
- adjunto adnominal
- **b** sujeito
- © objeto direto
- d objeto indireto
- e aposto
- 12. Releia e responda: "um vendedor de rua oferecia "dolé". Qual a função sintática exercida pela palavra grifada?
- adjunto adverbial
- **b** adjunto adnominal
- © sujeito
- d objeto direto
- e objeto indireto
- 13. Releia e responda: "E, com a multiplicação do dinheiro de plástico, pagar a conta com o cartão de crédito se transformou subrepticiamente em pagar a conta no cartão de crédito, o que sempre me pareceu esdrúxulo." Do ponto de vista semântico, as duas expressões sublinhadas mantêm entre si uma relação de:
- sinonímia
- **b** antonímia
- © paronímia
- d homonímia
- polissemia
- 14. Releia e responda: "Com o tempo, as estranhezas linguísticas vão ganhando outro contorno, mas sempre com a marca que o tempo vai deixando nas formas da língua." O conectivo destacado, entre a construção que introduz e a que o antecede, estabelece uma relação de:
- a condição
- **b** tempo
- © finalidade
- d negação
- adversidade
- **15.** Releia e responda: "O advento da informática e dos computadores é um manancial sem fim de palavras e expressões novas,..." Classifique o **período** dessa construção:
- período composto por subordinação
- b período composto por coordenação e subordinação
- © período simples, oração absoluta
- d período composto por coordenação
- frase nominal

ESPECÍFICA

- **16.** Sobre a extinção dos atos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:
- a cassação é a extinção do ato administrativo pela perda das condições legais necessárias para sua fruição por parte do interessado
- a revogação é a extinção do ato administrativo pela perda de conveniência ou oportunidade para o interesse público, sendo uma faculdade, e não obrigação, do administrador
- a contraposição é a extinção do ato administrativo pela superveniência de outro ato, fundamentado na mesma competência, de efeito oposto
- a anulação é a extinção do ato administrativo em decorrência da ilegalidade do ato, e pode ocorrer de ofício ou por provocação do interessado
- e as hipóteses de extinção do ato administrativo por retirada são: anulação, a revogação, a cassação, a caducidade e contraposição
- **17.** Leias as afirmações abaixo, e assinale a alternativa CORRETA:
 - O princípio da publicidade e transparência não é absoluto, podendo ser mitigado quando o sigilo for imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;
 - II. No contexto do procedimento licitatório, o princípio da legalidade implica no respeito apenas às normas gerais da licitação pela Administração Pública;
 - III. O princípio da isonomia é absoluto, vedando todo e qualquer tipo de discriminação entre os participantes do certame, ainda que pertinente ao cumprimento do objeto da licitação;
- a todas as afirmativas são corretas
- b apenas a afirmação I é correta
- © as afirmações II e III são corretas
- d apenas a afirmação II é incorreta
- as afirmações I e II são incorretas
- **18.** Leias as afirmações abaixo, e assinale a alternativa CORRETA:
 - I. A descentralização administrativa por serviço ocorre pela atribuição da execução e titularidade de um serviço público à pessoa jurídica de direito público ou privado, por meio de lei;
 - II. As autarquias são pessoas jurídicas criadas por lei de iniciativa do Chefe do Executivo e possuem autonomia e autoadministração, embora sujeitas a controle externo;
 - III. Contra as decisões de órgão ou entidade não submetida à relação hierárquica da Administração Pública cabe recurso administrativo impróprio, em regra, de efeito suspensivo;
 - IV. As fundações correspondem a patrimônio ou conjunto de bens personalizados afetados a um fim de utilidade pública, de natureza jurídica pública ou privada.

- a F, V, F, V
- **b** F, V, F, F
- © V, V, V, V
- **d** V, V, F, V
- e v, F, F, V
- **19.** Leias as afirmações abaixo, e assinale a alternativa CORRETA:
- A responsabilização de pessoas jurídicas com fundamento na Lei de Improbidade Administrativa pode ser processada pela via administrativa e judicial;
- Sócios, cotistas e diretores de pessoa jurídica de direito privado imputada por improbidade administrativa responderão integralmente pelos danos quando comprovadamente tiverem participado ou sido diretamente beneficiados pelos atos ilícitos;
- © Os atos de improbidade que atentam contra os princípios da administração pública são objeto de rol taxativo, e sua caracterização independe do reconhecimento de dano ao erário ou enriquecimento dos agentes;
- d A perda da função pública é sanção aplicável apenas nos casos de enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário, e não se restringe ao cargo ocupado durante o ato, podendo atingir o agente ainda que mude de cargo;
- Não caracteriza dolo específico a ação ou omissão de agente público que decorra de interpretação legal diversa, baseada em jurisprudência, mesmo que não pacificada.
- **20.** Sobre a responsabilidade do agente público por danos causados no exercício da função administrativa, assinale a alternativa INCORRETA:
- a Havendo erro grosseiro do agente estatal, o Estado poderá obter restituição do valor despendido no ressarcimento da vítima, independente de dolo;
- Em regra, o Estado responde subsidiariamente pelos danos causados por empresas prestadoras de serviços públicos;
- © A ação de regresso proposta pelo Estado não poderá ser instaurada após a cessação do exercício do servidor responsável no cargo ou na função;
- d Os requisitos para a ação de regresso do Estado contra o agente público são a existência de dolo ou erro grosseiro, bem como o trânsito em julgado da sentença;
- O agente público causador do dano é parte ilegítima para figurar no polo passivo de ação de ressarcimento contra o Estado.
- **21.** Leias as afirmações abaixo, e assinale a alternativa CORRETA:
 - I. Compete aos Municípios e ao Distrito Federal instituir impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) que não sejam de competência Estadual;

- II. A instituição de impostos sobre serviços de transporte intermunicipal é de competência do Município quando a prestação se inicia dentro do território municipal;
- III. A instituição de impostos sobre serviços de comunicação NÃO é de competência municipal;
- IV. A previsão do serviço em lei complementar específica é critério obrigatório para que haja tributação de ISSQN;
- a V, V, V, F
- **b** V, F, V, V
- © V, F, F, V
- **d** F, F, V, V
- e V, F, V, F
- **22.** Sobre o Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), e assinale a alternativa INCORRETA:
- No caso em que o imposto decorrer de cessão de direitos reais sobre bens imóveis, o contribuinte será o cessionário;
- É vedado ao Município arbitrar previamente a base de cálculo do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) com base em valor de referência estabelecido por ele próprio de forma unilateral;
- © O valor da transação declarado pelo contribuinte não goza de presunção de adequação ao valor normal de mercado, podendo ser contestado pelo Fisco através de processo administrativo próprio;
- d A promessa de compra e venda não gera incidência de imposto, ainda que contenha cláusulas de irrevogabilidade e irretratabilidade, por ser contrato preliminar;
- Não constitui fato gerador do imposto citado a transmissão onerosa de direito real que decorre do devido registro de escritura ou contrato de hipoteca ou alienação fiduciária.
- **23.** Sobre o processo administrativo fiscal federal, assinale a alternativa INCORRETA:
- É regulamentado pelo Decreto nº 70.235/72 e possui natureza contenciosa, podendo ser de iniciativa tanto do Fisco quanto do contribuinte ou responsável:
- O contribuinte é obrigado a fornecer informações e documentos relativos a tributo objeto de Mandado de Procedimento Fiscal (MPF), mesmo sobre períodos não abrangidos no MPF original e antes da emissão do MPF-C (Complementação) pela Administração, desde que esta o faça dentro do prazo legal;
- © O processo administrativo fiscal não é regulamentado por normal geral de direito tributário exceto no que concerne a princípios, obrigatoriedade de documentação dos seus atos e fixação de prazos de fiscalização, cabendo a cada ente a administração dos tributos da sua competência por lei própria;
- d A Lei nº 9.784/99, relativa aos processos administrativos conduzidos no âmbito da

- Administração Pública, são de aplicação subsidiária a procedimentos específicos, incluindo o procedimento administrativo fiscal;
- Em regra, é nula a instauração de processo administrativo fiscal sem o prévio Mandado de Procedimento Fiscal (MPF), o qual deve fixar o objeto de fiscalização e período de abrangência, havendo, no entanto, exceções.
- **24.** Sobre os limites da competência tributária do Município de João Pessoa, assinale a alternativa CORRETA:
- É vedado ao Município instituir imposto sobre patrimônio, renda ou serviços de qualquer ente federado, estejam eles relacionados ou não aos objetivos institucionais previstos em ato constitutivo;
- É vedado ao Município cobrar tributos antes de decorridos 90 (noventa) dias da data da publicação da lei que os instituiu ou aumentou, sendo uma das exceções a fixação da base de cálculo do IPTU;
- É permitido ao Município instituir imposto referente ao patrimônio, renda ou serviços essenciais e os dele decorrentes de autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- d A concessão de benefícios fiscais, tais como imunidade e, independem do cumprimento das obrigações decorrentes de responsabilidade e demais obrigações acessórias previstas na legislação tributária municipal.
- A atualização do valor monetário de base de cálculo de tributo, ainda que por índice oficial, que resultar em aumento do seu valor, só poderá ser efetuada por meio de lei.
- **25.** Sobre a Taxa de Fiscalização para Localização e Funcionamento de Atividades prevista na Lei Complementar nº 53/2008 (Código Tributário Municipal de João Pessoa), assinale a alternativa INCORRETA:
- Decorre do exercício do poder de polícia, sendo a existência de órgão apto a realizar a fiscalização suficiente para justificar a cobrança da taxa;
- É legal a cobrança de taxa mesmo quando o endereço indicado pela municipalidade e registrado em Auto de Infração for diverso daquele registrado no contrato social da empresa autuada, em decorrência da efetiva atividade econômica.
- © O titular do domínio útil ou possuidor a qualquer título do imóvel onde se encontra instalada a atividade é solidariamente responsável pelo pagamento da taxa;
- O lançamento da taxa se dá por declaração do sujeito passivo, a qual vincula a autoridade administrativa responsável pelo pagamento;
- Em caso de renovação, a fiscalização para localização e funcionamento poderá se dar exclusivamente por meio eletrônico.
- **26.** Luís Fábio é prefeito de uma cidade do interior de Paraíba, e nomeou Joaquina, sua ex-esposa desde

antes de sua posse e professora, para ocupar cargo comissionado de Diretora Escolar, o qual é ligado à Prefeitura da municipalidade. Além disso, nomeou também Estéfany, servidora pública, para o cargo de Diretora de Vigilância Sanitária no Fundo Municipal de Saúde, órgão ligado à Secretaria de Saúde do Município. Ambas as nomeações foram embasadas em Lei Municipal permissiva aprovada pela Câmara Municipal, e sancionada por Luis Fábio. Ao tomar conhecimento da situação, o Ministério Pública propôs ação de improbidade administrativa contra os três.

Sobre a situação descrita, no que concerne estritamente a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa, e à luz do entendimento assente do Superior Tribunal de Justiça sobre o assunto, assinale a alternativa CORRETA:

- ambas as nomeações configuram atos de improbidade por importarem em prejuízo ao Erário decorrente de pagamento indevido, bem como por atentarem contra os princípios da Administração Pública;
- **b** ambas as nomeações configuram atos de improbidade apenas por atentarem contra os princípios da Administração Pública;
- e apenas a nomeação de Joaquina configura ato de improbidade, e ela pode ser imputada juntamente ao prefeito, ainda que seja retirada do cargo sem perceber vantagem econômica;
- d apenas a nomeação de Estéfany configura ato de improbidade, e ela pode ser imputada juntamente ao prefeito, ainda que seja retirada do cargo sem perceber vantagem econômica;
- e ambas as nomeações não configuram ato de improbidade, em decorrência da lei autorizativa de Lei Municipal, ainda que de constitucionalidade duvidosa.
- **27.** Sobre o processo administrativo no âmbito Federal, assinale a alternativa INCORRETA:
- de modo geral, os processos administrativos devem ser instaurados formalmente, através de portaria, auto de infração, despacho ou, no caso de iniciativa do particular, requerimento ou representação;
- b nos casos em que deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, é indispensável a emissão de parecer dentro de quinze dias, ainda que o documento não tenha caráter vinculante;
- © ao fim da instrução, deverá ocorrer a elaboração de relatório, o qual, via de regra, não possui caráter vinculante, podendo a autoridade decidir em contrariedade às duas conclusões, desde que de forma fundamentada;
- a decisão consubstancia dever da autoridade pública, corolário do direito de petição aos poderes públicos, sendo ilegal a demora infundada em proferir decisão por parte da Administração Pública;
- e é inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

- 28. Hermano José, prefeito de uma cidade do interior da Paraíba, através da Secretaria de Infraestrutura do Município, firmou, de modo sucessivo, quatro contratos administrativos com a empresa "Faxinão Ltda." visando beneficiar seu melhor amigo, Carlos Alberto, dono da empresa. O objeto de todos os contratos era o serviço de limpeza de esgotos, fossas e roço de mato da sua municipalidade, nos seguintes valores: o primeiro, no valor de R\$ 50.000,00 (trinta e cinco mil reais); o segundo, no valor de R\$ 25.000,00 (quinze mil reais); e o terceiro e o quarto no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada um. Em nenhum dos casos foi efetuado procedimento licitatório prévio, sob a justificativa de que a Lei nº 14.133/2021 permitia contratações diretas em razão do baixo valor do servico.
 - Considerando as informações acima indicadas, assinale a alternativa CORRETA:
- Trata-se de casos de inexigibilidade de licitação, entretanto, a primeira contratação ocorreu de forma indevida, podendo os envolvidos serem processados apenas pelo crime de contratação direta ilegal, bem como que por ato de improbidade administrativa;
- Trata-se de casos de dispensa de licitação, entretanto, a primeira contratação ocorreu de forma indevida, podendo os envolvidos serem processados pelos crimes de contratação direta ilegal e de frustração do caráter competitivo de licitação, bem como que por atos de improbidade administrativa;
- © Trata-se de casos de dispensa de licitação, entretanto, a primeira contratação ocorreu de forma indevida, podendo os envolvidos serem processados apenas pelo crime de contratação direta ilegal, bem como que por atos de improbidade administrativa;
- Trata-se de casos de inexigibilidade de licitação, entretanto, todas as contratações ocorreram de forma indevida, podendo os envolvidos serem processados apenas pelo crime de contratação direta ilegal, bem como que por atos de improbidade administrativa;
- Trata-se de casos de dispensa de licitação, entretanto, todas as contratações ocorreram de forma indevida, podendo os envolvidos serem processados pelos crimes de contratação direta ilegal e de frustração do caráter competitivo de licitação, bem como que por atos de improbidade administrativa.
- **29.** Analise as assertivas sobre o serviço público a seguir, e assinale a alternativa CORRETA:
 - I. A titularidade do serviço público é definida pela Constituição Federal e, de modo excepcional, pela legislação infraconstitucional;
 - II. Os serviços públicos podem ser divididos entre aqueles de titularidade e execução exclusiva do Estado, e aqueles que, por meio de concessão ou

- permissão, podem ser executados por particulares;
- III. Em uma visão estritamente jurídica, pode-se dizer que os serviços de saúde têm natureza de serviço público quando prestados pelo Estado, e de atividade econômica quando prestado por pessoa física ou jurídica de direito privado.
- Apenas a assertiva I está correta;
- **b** As assertivas I e II estão corretas:
- © As assertivas II e III estão corretas;
- d As assertivas I e III estão corretas;
- Producto de la contra della contra della
- **30.** Analise as assertivas abaixo, e então assinale a alternativa CORRETA:
 - I. Apenas os entes dotados de competência tributária possuem capacidade tributária ativa;
 - II. As pessoas políticas, autarquias e fundações públicas possuem capacidade tributária passiva e, portanto, estão sujeitos ao pagamento de tributos;
 - III. A capacidade tributária passiva independe da capacidade civil, podendo ser devedores os incapazes;
 - IV. O sujeito ativo auxiliar é ente dotado de capacidade tributária ativa exclusivamente para fins de arrecadação e repasse à entidade tributante;
- Todas as assertivas estão corretas;
- Apenas as assertivas II, III e IV estão corretas;
- © Apenas as assertivas II e III estão corretas;
- d Apenas a assertiva IV está correta;
- P Nenhuma das assertivas está correta.
- **31.** Conforme o art. 148 da Constituição Federal de 1988, o tributo instituído pela União ou para atendimento despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, ou nos casos de investimento público de caráter urgente e relevante interesse social, se chama:
- empréstimo federativo, e só pode ser instituído mediante lei ordinária;
- **b** empréstimo federativo, e só pode ser instituído mediante lei complementar;
- © imposto extraordinário, e só pode ser instituído mediante lei ordinária;
- dimposto extraordinário, e só pode ser instituído mediante lei complementar;
- empréstimo compulsório, e só pode ser instituído mediante lei complementar.

32. Assinale a alternativa CORRETA:

 A isenção fiscal é uma das hipóteses de dispensa tributária previstas na constituição, constituindo forma de limitação ao poder de tributação dos entes federativos;

- O princípio da vedação ao confisco limita o valor máximo da tributação à 60% (sessenta por cento) do patrimônio declarado do contribuinte, visando evitar a onerosidade excessiva;
- © O princípio da anterioridade nonagesimal veda a cobrança de tributos antes de decorridos 90 (noventa) dias da data da publicação da lei que instituiu, aumentou ou diminuiu;
- A imunidade tributária veda tributação de qualquer natureza sobre patrimônio, renda ou serviços dos sujeitos indicados em lei;
- O princípio da imunidade de tráfego veda que os entes federativos limitem o tráfego de pessoas e bens por meio de tributos interestaduais e municipais, excetuadas as cobranças de pedágios;
- **33.** Acerca dos Municípios, assinale a alternativa INCORRETA:
- a autonomia dos Municípios é consubstanciada no poder de escolher seus próprios representantes para o Poder Legislativo, Executivo ou Judiciário, e representa parcela do poder de autogoverno;
- O controle externo da Câmara Municipal é exercido pelo Legislativo municipal, com auxílio dos Tribunais de Contas Estaduais ou Conselhos ou Tribunais de Contas Municipais, onde existirem, sendo vedada a criação de outros órgãos para esse fim;
- A competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos restringe-se aos crimes da competência da justiça comum estadual.
- d Apenas os crimes de responsabilidade próprios devem ser julgados pela Câmara de Vereadores, cabendo ao Tribunal de Justiça o processamento e julgamento dos crimes de responsabilidade impróprios;
- © Os vereadores não são obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício de mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou dele receberam informações.
- **34.** Analise se as assertivas são falsas ou verdadeiras, e então, assinale a alternativa CORRETA:
 - I. O Estado brasileiro segue o modelo federativo por agregação, no qual os entes parciais renunciam sua soberania para formação de um único ente estatal soberano, de caráter indissolúvel, mas conservando sua própria autonomia;
 - II. O Estado brasileiro aproxima-se do modelo de federalismo centrípeto, com a Constituição Federal dando à União competências legislativas e materiais consideravelmente superiores em relação aos demais entes;
 - III. O Estado brasileiro representa um modelo peculiar de federalismo cooperativo, pois explicitamente confere à União e Municípios suas competências materiais e legislativas, reservando aos Estados-membros as competências residuais.

- Apenas a assertiva I está correta;
- **b** Apenas a assertiva II está correta;
- © Apenas a assertiva III está correta;
- d As assertivas II e III estão corretas;
- Todas as assertivas estão corretas.
- **35.** Sobre a desapropriação, assinale a alternativa INCORRETA:
- o reconhecimento da propriedade rural como produtiva implica em reconhecimento do cumprimento da sua função social, razão pela qual a Constituição Federal, art. 185, veda a desapropriação de terras produtivas para fins de reforma agrária;
- salvo a hipótese de desapropriação amigável, a desapropriação de bem público é condicionada à existência de prévia autorização legislativa por parte do ente expropriante, sendo possível apenas a desapropriação "de cima para baixo";
- © a indenização justa em decorrência de desapropriação de bem particular não abarca o pagamento de benfeitorias necessárias e úteis, exceto no caso de autorização do ente público;
- d sendo a desapropriação amigável por meio de acordo em via administrativa, é possível o pagamento da indenização diretamente em dinheiro;
- a desapropriação por zona não se limita à área necessária ao desenvolvimento de obra pública, podendo alcançar áreas vizinhas que sofram valorização extraordinária em decorrência da obra.
- **36.** Em relação aos suprimentos de fundos (regime de adiantamento), assinale a alternativa correta
- Poderá ser concedido suprimento de fundos ao servidor em alcance e a responsável por dois adiantamentos.
- Não se concederá suprimento de fundos a servidor que tenha a seu cargo a guarda ou utilização do material a adquirir, salvo quando não houver na repartição outro servidor
- © Deverá ser aberta conta bancária destinada à movimentação de suprimentos de fundos.
- d As restituições, por falta de aplicação, parcial ou total, ou aplicação indevida, constituirão anulação de despesa, se recolhidas após o encerramento do exercício.
- O suprimento de fundos representa uma despesa pelo enfoque patrimonial, pois, no momento da concessão, ocorre redução no patrimônio líquido.
- **37.** Em relação à natureza e contabilização da conta "Receitas antecipadas", assinale a alternativa correta.
- ⓐ É uma conta de natureza devedora e deve ser contabilizada no Ativo.
- **b** É uma conta de natureza credora e deve ser contabilizada no Resultado.
- © É uma conta de natureza devedora e deve ser contabilizada no Resultado.

- É uma conta de natureza credora e deve ser contabilizada no ativo.
- É um conta de natureza credora e deve ser contabilizada no Passivo.
- 38. Em relação aos elementos das demonstrações contábeis, assinale a alternativa correta de acordo com a NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016
- A ausência de data de liquidação impede que a obrigação origine um passivo.
- Receita corresponde a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade oriundos de contribuições dos proprietários.
- © O superávit ou o déficit da entidade corresponde a saída de recursos da entidade a título de distribuição a partes externas, que representa retorno sobre a participação ou a redução dessa participação no patrimônio líquido da entidade.
- d Quando a transação tem forma jurídica e é vinculada, tal como um contrato, o evento passado pode ser identificado de forma inequívoca.
- Os ativos não podem surgir de transações sem contraprestações.
- 39. Em relação à mensuração de ativos e passivos nas demonstrações contábeis, assinale a alternativa incorreta de acordo com a NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016
- ② Os mercados de ativos que sejam únicos e raramente comercializados não são abertos, ativos e organizados.
- (b) Mercado organizado é aquele que funciona de maneira confiável, segura, precisa e eficiente.
- © O preço líquido de venda exige mercado aberto, ativo e organizado ou estimativa de preço em tal mercado e que inclua os gastos para a venda da entidade.
- d Valor de mercado para passivos é o montante pelo qual um passivo pode ser liquidado entre partes cientes e interessadas em transação sob condições normais de mercado.
- Quando o ativo é comercializado em mercado aberto, ativo e organizado, a existência do mercado fornece segurança à entidade para constatar o valor de mercado (e nada além disso) à data do relatório.
- **40.** Acerca do ativo imobilizado, da depreciação e do valor residual assinale a alternativa incorreta.
- Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação ou exaustão, cuja apuração deve ser feita mensalmente, quando o item do ativo estiver em condições de uso
- Valor depreciável é o custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo, menos o seu valor residual.

- © O cálculo do valor residual de um ativo é efetuado por estimativa, sendo seu valor determinado antes do início da depreciação.
- O valor residual é determinado para que a depreciação seja incidente em cem por cento do valor do bem.
- Ativo imobilizado é o item tangível que é mantido para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período (exercício).